

Dinheiro público

Caixa feito para pagar juros

Política ortodoxa vira item programático do partido no poder



O governo sempre alega, como agora na *opera buffa* em que se transformou a tramitação na Câmara da MP 232, que não pode dispensar receitas ou, por outra, que precisa aumentar impostos para fazer frente às despesas. Não é o que mostram os números relativos às contas públicas neste começo de ano.

O superávit primário (não inclui os gastos com juros) foi, no primeiro bimestre, de R\$ 15,42 bilhões, o que corresponde a 5,18% do Produto Interno Bruto (PIB) do período, ou seja, R\$ 297,51 bilhões. O superávit primário é uma invenção para o Fundo Monetário Internacional (FMI) ver e agora perdeu utilidade, depois de o governo, numa bravata para efeito interno, ter decidido não renovar o acordo com a instituição.

O que vale mesmo é a conta feita com receitas e despesas computadas em termos nominais. Trabalhando com esses números que dizem a verdade, verifica-se que, no primeiro bimestre, as despesas de juros somaram R\$ 23,99 bilhões. Levando em conta esse gasto brutal, o superávit primário transforma-se em um déficit

nominal de R\$ 8,57 bilhões, equivalente a 2,88% do PIB.

Não é um despropósito. O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, chegou a afirmar, não há muito tempo, que, pelo comportamento de suas contas públicas, o Brasil teria mesmo condições de integrar a União Européia (UE), que exige que o déficit nominal dos países-membros não ultrapasse 3% do seu PIB. E o Brasil, nesta fase, pelo menos, está abaixo disso.

Admite-se que os resultados do primeiro bimestre não possam ser mantidos ao longo do ano, sendo o governo forçosamente levado a aumentar as suas despesas. Tudo bem, considerando que, até passar o carnaval, os ministérios se limitaram a programar gastos, não a fazê-los. Mas observe-se que as despesas de juros correspondem a 2,8 vezes o valor do déficit nominal.

A conclusão é inescapável: se o governo não elevasse tanto os juros, como vem fazendo, não precisaria carregar ainda mais no peso dos impostos e contribuições.

É previsível que, com uma rebaixa gradativa das taxas de juros, a economia avance a

um ritmo bem mais rápido, dando continuidade ao surto de crescimento iniciado no ano passado.

Isso significaria que o volume arrecadado de impostos tenderia a crescer sem necessidade de nova taxaçaõ. O governo, porém, age sob o pressuposto de que precisa puxar para cima a taxa básica de juros, atualmente em 19,25%, para combater a inflação, a fixação dos responsáveis pela política econômica.

Os resultados nessa área têm sido pífios, o que intensifica a frustração. O Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) subiu 0,85% em março, mostrando aceleração em relação a fevereiro, quando a variação foi de 0,30%. Isso faz prever uma nova pancada na produção por meio de novos acréscimos à taxa de juros.

O pior é que esse tipo de política passará a ser um item programático do partido no poder, com o nome de "ajuste fiscal". Tudo indica que essa decisão foi tomada para mostrar aos investidores que, com ou sem FMI, tudo continua na mesma.

* Editor-chefe da Gazeta Mercantil.

E-mail: kkleber@gazetamercantil.com.br